

O CAMINHO DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA ALIMENTAR: a experiência de Angola



IEH

Instituto de Estudios del Hambre

O CAMINHO DA GOVERNANÇA DA SEGURANÇA ALIMENTAR: a experiência de Angola



Instituto de Estudios del Hambre



Agência Espanhola de Cooperação
Internacional e Desenvolvimento
AECID/OTC-Angola

Janeiro, 2011

Citação sugerida: IEH (2011). "O Caminho da Governança da Segurança Alimentar: A experiência de Angola". Madrid: Instituto de Estudios del Hambre, Janeiro de 2011.

Publicado em 2011

© IEH 2011

Alguns direitos reservados – Para mais detalhes ver licença de copyright

Agradecemos a João Pinto pelo trabalho de edição e a Enríque de Loma-Ossorio e Carmen Lahoz pela revisão final.

Desenho e impressão: Advantia Comunicação Gráfica

Financiamento: Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento AECID/OTC-Angola

Para mais informações contactar: IEH - Instituto de Estudios del Hambre, C/ Manuela Malasaña 24, 4º centro-izquierda, 28004 Madrid, Espanha

Tel: +34 91-5913084

Email: info@ieham.org

Web: www.ieham.org

As publicações do IEH são realizadas sob licença da Creative Commons 3.0 Espanha (Atribuição; Uso Não-Comercial; Obras Derivadas Proibidas) <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>

Atribuição - Tem de fazer a atribuição da obra, da maneira estabelecida pelo autor ou licenciante.

Uso Não-Comercial - Não pode usar esta obra para fins comerciais.

Obras Derivadas Proibidas - Não pode alterar ou transformar esta obra, nem adaptá-la ou utilizá-la noutras obras.

Podem reproduzir-se secções deste documento para fins não comerciais sem autorização prévia desde que citada a fonte, sujeito às condições estabelecidas na licença Creative Commons. Para qualquer reutilização ou distribuição, devem deixar claro a outros os termos da licença desta obra. Em caso de utilização desta obra, solicita-se referência ao IEH (www.ieham.org) e o envio de uma cópia do trabalho realizado ou um link para info@ieham.org a fim de utilização on-line no nosso arquivo.



PREÂMBULO	4
INTRODUÇÃO.....	6

I. POBREZA E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

1.1. Economia, Política e Sociedade.....	11
1.2. Pobreza, Insegurança Alimentar e Desenvolvimento.....	14

2. A CONSTRUÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM ANGOLA

2.1. Evolução histórica da institucionalidade da segurança alimentar	21
2.2. A formulação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN)	24
2.3. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)...	32

3. LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS PARA O FUTURO

3.1. Principais lições aprendidas.....	39
3.2. Principais desafios futuros.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS.....	51
-----------------------------------	-----------

PREÂMBULO

Angola encontra-se altamente empenhada em promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) de toda a população em linha com as suas prioridades nacionais e com os compromissos assumidos no plano internacional.

Um dos mais importantes desafios que o Governo enfrenta actualmente é o de facilitar o processo de construção de um quadro institucional, normativo, estratégico e orçamental que permita coordenar as intervenções sectoriais relacionadas com a segurança alimentar a nível local e nacional, para assim responder de forma mais efectiva às demandas alimentares e nutricionais da população de Angola.

Este compromisso foi claramente expresso quando Angola acolheu a 26ª Conferência Regional da FAO para África. Dessa conferência resultaram recomendações no sentido de os países avançarem com a promoção de estruturas institucionais para melhorar a governança da segurança alimentar e nutricional.

Este documento resume a experiência de Angola no âmbito do processo de construção da institucionalidade da SAN ao longo dos últimos três anos. A análise está centrada em duas importantes acções levadas a cabo neste período: a formulação e aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) e o início da construção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) tem sido um dos importantes aliados neste processo,

impulsionando estas acções com base na sua experiência noutros países da região e focalizando as iniciativas do programa PESA para alcançar este resultado. A Representação da FAO em Angola tem vindo a realizar um importante esforço neste sentido.

O Instituto de Estudos da Fome (IEH), com o apoio financeiro da Oficina Técnica da Cooperação Espanhola em Angola, entendeu oportuno analisar este processo e disseminá-lo para que possa servir de referência, tanto para Angola como para outros países interessados e comprometidos em promover iniciativas de fortalecimento e construção da governança da SAN.

Com esta publicação queremos reflectir também alguns resultados do apoio que tanto o IEH como a AECID vêm dando ao Governo de Angola através da FAO ao longo dos últimos cinco anos. Ainda falta um longo caminho por percorrer, uma vez que os processos de mudança institucional são complexos e requerem uma visão de longo prazo. Neste sentido, pretendemos continuar a prestar o nosso apoio para a consolidação deste processo de fortalecimento da governança da segurança alimentar a nível nacional e local em Angola por forma a contribuir com resultados concretos para o importante desafio de construir um sistema justo e eficaz de governança global da segurança alimentar.

Josep Puig i Gomez

Coordenador Geral

OTC-Angola

Agencia Española de Cooperacion Internacional para el Desarrollo
(AECID)

Carmen Lahoz Rallo

Presidenta

Instituto de Estudos da Fome (IEH)

INTRODUÇÃO

O termo governança é um conceito muito amplo e sobre o qual não existe uma definição consensual: “*existem ainda tantos conceitos de governança como investigadores neste campo*”¹. É também um conceito de utilização muito recente no discurso e nas agendas de desenvolvimento, pois até finais dos anos 80 não era praticamente utilizado.

No que respeita ao seguinte trabalho, das numerosas definições de governança existentes destacaremos as seguintes:

- a visão da governança como o resultado da criação de redes ou estruturas de relação cuja interação é fundamental para enfrentar desafios urgentes e que frequentemente implicam mudanças²;
- a habilidade dos governos para definir de forma partilhada políticas públicas e estruturas institucionais socialmente aceites que mobilizem recursos sociais para a sua aplicação³; e
- as instituições e regras que fixam os limites e os incentivos para a constituição e o funcionamento de redes interdependentes de actores: governamentais, sector privado e sociedade civil⁴.

1. Björk PG, Johansson HSH (1999). “*Towards governance theory: in search for a common ground*”.

2. Prats, J. 2006. “La evolución de los modelos de gobernación: la gobernanza. Pero ¿qué es la gobernanza?” En Prats, J. (Ed.). A los príncipes republicanos. La Paz, BO, Instituto Internacional de Gobernabilidad de Cataluña. p. 200-203.

3. Rogers, P; Hall, A. 2003. “*Effective water governance*”. Sweden: Global Water Partnership. TEC Background Papers No. 7.

4. Villamil, J. 2008. “La gobernanza de la cooperación al desarrollo local en América Latina”. *Revista Voxvocalis* n° 19, Mayo 2008.

Em todo caso, o conceito é muito amplo e impreciso, como mostra a definição avançada em 2006 pelo Director Executivo do PNUD para África, Tegegnetwork Gettu: *“a governança é um conceito que compreende mecanismos complexos, processos, relações e instituições, através dos quais os cidadãos e grupos articulados pelos seus interesses exercem os seus direitos e obrigações e mediam as suas diferenças”*⁵.

Um dos aspectos comum a todas estas definições é a relação da governança com os conceitos de relações, estruturas e mecanismos institucionais que implicam mudanças. É precisamente nestes aspectos que nos centraremos em seguida para a análise da experiência de Angola no âmbito do processo de criação de espaços e mecanismos institucionais de coordenação e deliberação para o fortalecimento da governança, neste caso da segurança alimentar.

Efectivamente, nos últimos três anos, Angola está a dar passos muito importantes em termos de construção e fortalecimento institucional para a governança da segurança alimentar e nutricional (SAN).

Nesse processo destacam-se dois mecanismos institucionais fundamentais que são a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN).

A formulação da ENSAN constituiu mais um importante passo no âmbito da luta contra a fome e promoção da SAN em Angola. A ENSAN foi aprovada pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2009. A implementação do CONSAN será o elemento chave desse quadro institucional enquanto mecanismo de diálogo e concertação política para apoiar a política nacional de SAN que contará com a participação de diferentes ministérios e da sociedade civil.

5. Waterwiki.net. Tegegnetwork Gettu. UNDP 2006.

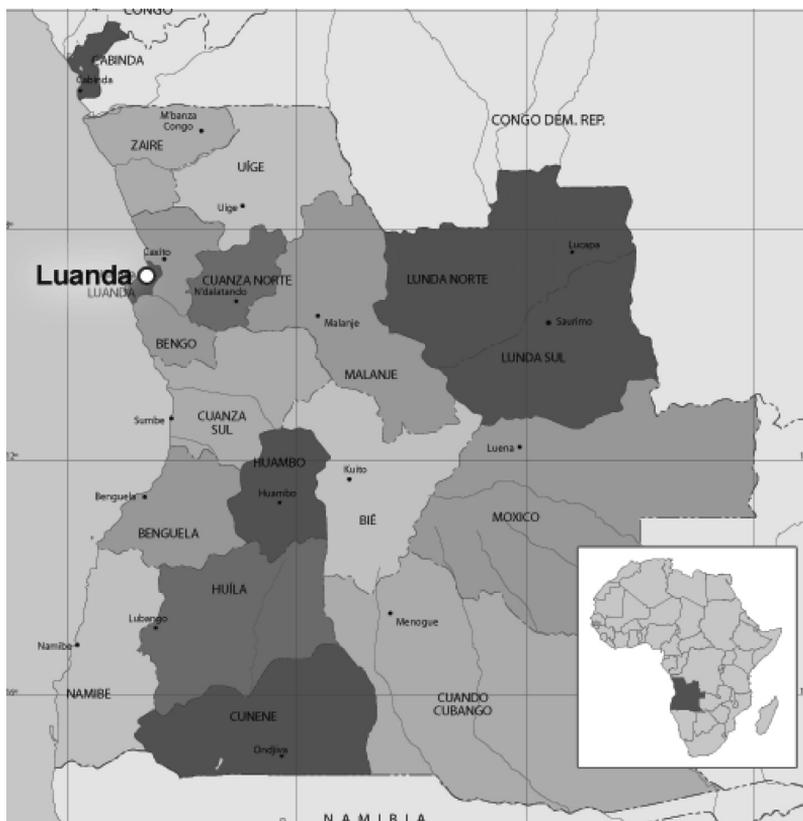
Desde 2007 a Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID) vem apoiando o Governo de Angola na construção da política nacional de SAN. Neste quadro de acção destaca-se, entre outras iniciativas, o projecto PESA (GCP/ANG/033/SPA) financiado pelo Governo de Espanha e implementado a nível nacional pela FAO em parceria com o MINADERP, o qual viabilizou a assistência técnica necessária para a formulação da ENSAN. No quadro dessa assistência técnica, o Instituto de Estudios del Hambre (IEH) apoia a FAO e o Governo de Angola no processo de formulação da ENSAN e definição do CONSAN.

Com todas as suas virtudes e defeitos, a ENSAN tem sido reconhecida por diferentes actores (Governo, Agências Internacionais, Sociedade Civil) como um importante instrumento político capaz de mobilizar os esforços nacionais em prol da SAN em Angola. A opção pela intersectorialidade e o reconhecimento das múltiplas dimensões da SAN estão patentes nas opções estratégicas emanadas da ENSAN, o que possibilitará uma intervenção coordenada e eficaz dos diferentes sectores com participação social.

Ainda existe um longo caminho a percorrer para que Angola consiga reverter o problema da insegurança alimentar, mas a formulação da ENSAN foi um passo decisivo. Existem vários desafios que se colocam para o futuro. A implementação da ENSAN é fundamental para passar dos compromissos políticos à prática; a institucionalização do CONSAN é determinante para garantir uma coordenação efectiva na implementação das acções com participação social.

Tendo em conta este contexto, considera-se pertinente sistematizar esta experiência de Angola enquanto exemplo de processo de criação de espaços e mecanismos institucionais para o fortalecimento da governança da Segurança Alimentar, a qual poderá ser partilhada com outros países. Esta experiência indica também pistas de reflexão para o processo de reforma do sistema de governança global da SAN actualmente em curso no quadro do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS).

REPÚBLICA DE ANGOLA



Fonte: African Development Bank

Esta publicação encontra-se dividida em três partes principais. Na PARTE I, faz-se um breve enquadramento do país do ponto de vista político, económico e social e caracteriza-se a actual situação em termos de pobreza, insegurança alimentar e desenvolvimento. Na PARTE II, descreve-se com detalhe a experiência do processo de formulação da ENSAN e a definição dos CONSAN evidenciando os traços da construção da institucionalidade em curso. Na PARTE III, identificam-se algumas lições aprendidas que resultam da experiência de Angola bem como os principais desafios para o futuro.

REPÚBLICA DE ANGOLA (DADOS GERAIS)

Capital: Luanda Moeda: Kuanza (Kz)	População: 18,9 Milhões Superfície: 1.246.700 Km ²
Tipo de Governo: Republica; Regime Presidencialista Multipartidário (Presidente: José Eduardo dos Santos)	Independência: 11 Novembro 1975 (de Portugal) Línguas: Português (Oficial) e outras Línguas Africanas
Divisões administrativas: 18 Províncias; 163 Municípios	Cidades Principais: Cabinda, Benguela, Lobito, Lubango, Namibe.
Religião: Católica 51%; Protestante 17%; Tradicional (animista) 30%;outras 2%.	Etnias: Ovimbundu 37%, Kimbundu 25%, Bakongo 13%, mestiço (Europeu e Nativo Africano) 2%, Europeu 1%, outros 22%
Clima: Semiárido no Sul e ao longo da costa até Luanda. Tropical com duas Estações: Cacimbo (seca e fresca) de Maio a Outubro e das Chuvas (mais quente) de Novembro a Abril. Temperaturas Médias: 27° C (máximas) e 17° C (mínimas)	Membro: ACP, AfDB, AU, CGG (Comissao do Golfo de Guine) COMESA, FAO, G-77, IAEA, IBRD, ICAO, ICCT, ICFTU, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRCs, ILO, IMF, IMO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO (correspondente), ITU, MIGA, NAM, OAS (Observador), SADC, UN, UNCTAD, UNESCO, UNIDO, UPU, WCO, WFTU, WHO, WIPO, WMO, WT _o O, WTO.

Fonte: SADC (Southern African Development Community)

POBREZA E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

1.1. ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

Angola viveu um longo período de conflito que durou mais de três décadas, desde a luta pela libertação nacional do domínio colonial português (1961-1974), passando por uma intensa guerra civil que se iniciou logo após a independência em 1975 e durou até 2002. Este longo conflito deixou um quadro dramático em que a maior parte das infra-estruturas foi destruída, a economia desestruturada e milhões de pessoas morreram ou foram deslocadas⁶. Com a chegada da paz definitiva em 2002 as esperanças renasceram e Angola encontra-se hoje a braços com a enorme tarefa de reconciliação e reconstrução do país que lhe permita encontrar o caminho do desenvolvimento.

Em termos políticos o país conheceu dois grandes períodos após a independência: a I República, entre 1975 e início dos anos noventa, que corresponde ao período do Estado de partido único de inspiração socialista com economia centralizada; e a II República, desde o início dos anos noventa, que corresponde à transição para o multipartidarismo (Constituição de 1991) e a uma maior abertura ao mercado⁷. A alteração constitucional de 2010 introduziu em Angola um regime presidencialista onde o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, é simultaneamente o chefe do Governo.

6. MEIJER, Guus (Org.) (2004). "*From military peace to social justice? The Angolan peace process*". Londres: Accord, vol. 5, 2004.

7. HODGES, Tony (2003). "*Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*". Cascais: Principia. 304 pp.

Em termos sociais a sociedade civil em Angola tem vindo a crescer e a afirmar-se progressivamente sob diversas formas organizativas tomando-se cada vez mais dinâmica e interventiva⁸.

Em termos demográficos a população angolana tem crescido a uma taxa de cerca de 3% ao longo da última década, ultrapassando hoje os 18 milhões de habitantes e estimando-se que ultrapasse os 24 milhões de habitantes em 2020. As estatísticas oficiais mostram que a população urbana é superior à população rural – 57,6% e 42,4%, respectivamente⁹ –, o que se pode explicar pelo êxodo actual em direcção às grandes cidades, em particular Luanda, com a consequente concentração nos “musseques” (favelas).

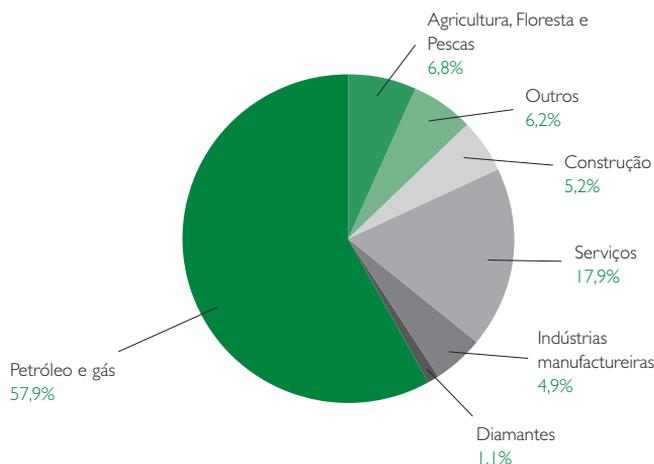
Do ponto de vista económico, Angola é um dos países com maior potencial de crescimento no continente africano. Na última década o país cresceu a um ritmo extraordinário, apresentando aumentos do PIB significativos (14,5% em 2002; 20,6% em 2005; 20,3% em 2007). A crise económica global, com a consequente descida nos preços do petróleo no mercado internacional, fez com que o crescimento abrandasse em 2008 e 2009, mas estima-se que nos próximos anos continue sendo importante. Efectivamente, o petróleo é o principal recurso angolano, junto com os diamantes e outros minerais (ouro, cobre, zinco, volfrâmio, chumbo, etc.). Angola é um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do continente africano. A elevada dependência deste recurso reflecte-se na estrutura do PIB por sector de actividade (ver Fig. 1), onde o sector petrolífero atinge quase 60% contrastando com os 8% da agricultura¹⁰.

8. PACHECO, Fernando (2004). “Caminhos para a cidadania e para a construção da democracia em Angola: obstáculos e avanços”. [Texto apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, setembro de 2004.]

9. Banco Mundial 2011 (<http://data.worldbank.org>).

10. African Economic Outlook 2010 (www.africaneconomicoutlook.org).

FIGURA 1. PERCENTAGEM DO PIB POR SECTOR DE ACTIVIDADE EM ANGOLA



Fonte: Elaboração própria com dados de African Economic Outlook 2011.

O investimento directo estrangeiro no país é dos maiores do continente africano (superior a 15.500 milhões de USD em 2008) e vem aumentando de forma impressionante todos os anos contribuindo também para o crescimento económico do país¹¹.

O país viveu períodos de hiper-inflação no início da última década (300% em 1999; 100% em 2002), mas os esforços do Governo conseguiram controlar esse problema e a taxa de inflação tem vindo progressivamente a estabilizar, fixando-se em 14% no ano 2009 e estimando-se cerca de 10% para 2011¹².

Relativamente ao comércio exterior, verifica-se uma elevada contribuição do petróleo pelo lado das exportações, e uma elevada contribuição de bens de consumo corrente – onde se incluem os alimentos – pelo lado das importações, demonstrando que o país necessita de aumentar a produção interna.

11. *Op. cit.*

12. *Ibidem.*

TABELA I. DADOS ECONÓMICOS BÁSICOS DE ANGOLA

ALGUNS DADOS ECONÓMICOS BÁSICOS	
População total (Milhões)*: 1980: 7,8 1990: 10,6 2000: 14,2 2010: 18,9 2020: 24,5	População Urbana: 57,6% População Rural: 42,4% Distribuição pela Idade (%): 0-14: 45,0 15-64: 52,6 +65: 2,5
Crescimento do PIB (%)*** 2000: 3,0 2005: 20,6 2007: 20,3 2009: -0,6 2011: 7,9	Investimento Directo Estrangeiro (Milhões USD)*** 1997: 412 2003: 5.685 2005: 6.794 2008: 15.548
Exportações de bens e serviços (% PIB)** 1998: 56,9 2008: 75,6	Importações de bens e serviços (% PIB)** 1998: 73,1 2008: 50,8
Principais Exportações: Petróleo, diamantes, minerais vários, madeiras, peixe, café, algodão e sisal.	Principais Importações: Produtos alimentares, bebidas, produtos vegetais, equipamentos eléctricos e viaturas.
Principais Parceiros Comerciais: EUA, Bélgica, Portugal, Alemanha, França, Espanha, Brasil e África do Sul.	Produção Nacional: <i>Agricultura</i> (Café, cana-de-açúcar, mandioca, banana, milho, batata-doce); <i>Pecuária</i> (bovinos, suínos, caprinos, aves).
Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (Milhões USD)*** APD Total 2000: 302 2004: 1,144 2005: 414 2008: 369 APD per capita 2000: 21,2 2004: 70,9 2005: 24,9 2008: 20,5	Taxa Inflação (%)*** 1999: 300 2001: 116 2004: 31 2009: 14,0 2011: 9,9 (<i>estimativa</i>)

Fontes: *HDR (2010); ** World Bank (2009); *** African Economic Outlook 2011

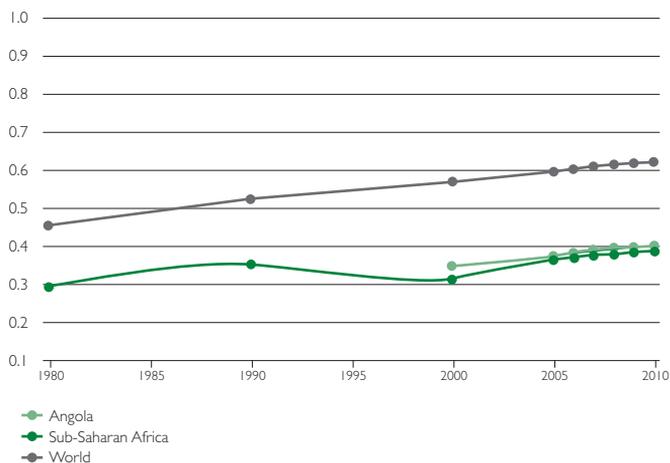
1.2. POBREZA, INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO

Desde o final da guerra em 2002, Angola tem vindo a apresentar melhorias progressivas em vários parâmetros de desenvolvimento. Apesar de ainda se encontrar no grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, essas melhorias têm-se reflectido na posição ocupada pelo país no ranking mundial do IDH, o qual apresenta uma tendência de evolução positiva¹³.

Não obstante, a situação de pobreza do país continua sendo preocupante. De acordo com o último Relatório do Desenvolvimento

13. Salvo indicação em contrário, os dados estatísticos constantes desta secção referem-se ao Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010.

FIGURA 2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: TENDÊNCIA 2000-PRESENTE



Fonte: HDR 2010

Humano (RDH), mais de metade da população (54,3%) vive com menos de 1,25 USD/dia. A caracterização da pobreza torna-se mais grave quando analisada através de outros parâmetros, para além do nível de renda. Por exemplo, de acordo com o novo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) introduzido no ano 2010 que congrega indicadores de saúde (mortalidade e nutrição), educação (anos de estudo e matrículas das crianças) e padrão de vida (electricidade, água, saneamento, etc.), verifica-se que o país possui 77,4% da população em situação de pobreza multidimensional e mais de 10% encontram-se em risco de cair nessa situação.

A taxa de mortalidade infantil continua uma das mais elevadas do mundo e a esperança média de vida – apesar de apresentar alguns progressos –, ainda não chega aos cinquenta anos.

Cerca de um terço da população ainda é analfabeta, mas esse parâmetro apresenta uma tendência evolutiva favorável face ao número de crianças que estão actualmente matriculadas na escola que é de 65%.

TABELA 2. INDICADORES BÁSICOS DE POBREZA E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ANGOLA

INDICADOR	HDR 2007/2008	HDR 2010
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		
Posição	162	146
Valor	0,446	0,403
Índice de Pobreza Multidimensional (%)	---	77,4
Risco de Pobreza Multidimensional (%)	---	10,7
População que vive com menos de 1,25 USD/dia (%)	---	54,3
Índice de Gini	---	58,6
Esperança média de vida à nascença (anos)	41,7	48,1
Taxa analfabetismo de adultos (% 15 anos e mais)	32,6	30,4
Taxa fertilidade (nascimentos por mulher)	6,8	5,3
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados vivos)	154	220
Prevalência HIV/Sida (%15-49 anos)	3,7	2,1
População sem acesso a uma fonte de água melhorada (%)	47	50
População sem acesso a saneamento melhorado (%)	69	43
População sem acesso a electricidade (%)	---	71,6

Fonte: HDR 2007/2008 e HDR 2010

A legislação sobre a terra revista em 2004 introduziu algumas melhorias do ponto de vista de ordenamento e gestão do território. Não obstante, a problemática da terra em Angola continua a suscitar problemas pela falta de mecanismos eficazes de regulamentação do uso e posse deste recurso produtivo¹⁴.

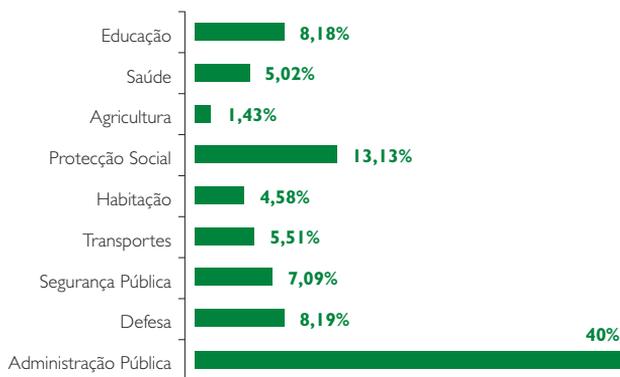
Ao nível do sistema de saneamento verificaram-se algumas melhorias nos últimos anos. Por exemplo, em 2007 cerca de 70% da população não tinha acesso a saneamento melhorado e hoje essa proporção baixou para 43%. Contudo, verificam-se ainda bastantes debilidades relativamente à falta de acesso a uma fonte de água melhorada (50%) e a electricidade (71,6%), o que demonstra o longo caminho por percorrer em matéria de melhoria das condições de vida.

A despesa pública com protecção social representa uma parte importante (13,13%) do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2011

14. PACHECO, Fernando (2004). "A Problemática da terra no contexto da construção da paz: desenvolvimento ou conflito?" Revista Electrónica Conciliation Resources ACCORD. Issue 15, 2004.

e os gastos com outros sectores sociais como saúde, educação, transportes, habitação também têm aumentado. A despesa pública no sector da agricultura é ainda muito limitada, considerando que o país necessita de aumentar significativamente a produção interna de alimentos para fazer face à elevada dependência das importações¹⁵.

FIGURA 3. DESPESA PÚBLICA EM ALGUNS SECTORES GOVERNAMENTAIS (OGE 2011)



Angola necessita de aumentar significativamente a produção de alimentos para fazer face à elevada dependência das importações.

Fonte: Elaboração Própria, Dados Ministério das Finanças (OGE 2011)

Do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional a situação do país é ainda muito preocupante, apesar das melhorias modestas que se têm verificado na última década. Cerca de 40% da população encontra-se desnutrida, sendo a média da África subsaariana de 28%¹⁶. A metodologia do Índice Global de Fome (GHI) estimada pelo International Food Policy Research Institute (IFPRI) que congrega três indicadores (nível de desnutrição infantil, taxa de mortalidade infantil e proporção de pessoas com deficiências calóricas) classifica a situação de Angola como alarmante¹⁷.

15. Angola. Ministério das Finanças (OGE 2011).

16. FAO (2010). "The State of Food Insecurity in the World 2010". Rome: FAO.

17. IFPRI (2009). "Global Hunger Index. The challenge of hunger: Focus on financial crisis and gender inequality". Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.

TABELA 3. INDICADORES E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ANGOLA

INDICADOR	ANGOLA	ÁFRICA SUBSAA-RIANA	MUNDO
Número de pessoas desnutridas (milhões)			
1990/92	7.4	164,9	843,4
2000/02	7.6	201,7	833,0
2005/07	7.1	201,2	847,5
Proporção de pessoas desnutridas (%)			
1990/92	67	34	16
2000/02	52	31	14
2005/07	41	28	13
Índice Global de Fome (GHI)			
1990	40.6	25.3	19.8
2010	27.2	21.7	15.1
Progresso para CMA (Meta = 0,5)	1.0	1.2	1.0
Progresso para ODM (Meta = 0,5)	0.6	0.8	0.8

Fonte: SOFI (2010) e IFPRI (2009)

TABELA 4. INDICADORES E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM CRIANÇAS EM ANGOLA

INDICADOR	ANGOLA
Estado Nutricional Crianças (% < 5 anos)	
Crianças com baixo peso / idade	
Moderado	31
Severo	8
Crianças com baixa peso / altura	
Moderado	6
Severo	1
Crianças com baixa altura / idade	
Moderado	45
Severo	22
Crianças com baixo peso à nascença (%)*	12

Fonte: FAOSTAT (2011); *ChillInfo (UNICEF, 2011)

A situação de segurança alimentar e nutricional do país é ainda muito preocupante.

De acordo com as análises do Programa Alimentar Mundial (PAM) através da metodologia VAM (Vulnerability Analysis and Mapping)¹⁸, os principais grupos vulneráveis à insegurança alimentar em Angola são: Pessoas Internamente Deslocadas, que incluem famílias que deixaram as suas áreas de origem; Retornados, que incluem ex-deslocados ou ex-refugiados que regressaram às suas áreas de

18. Relatórios de Angola disponíveis em <http://www.wfp.org/food-security>.

origem; Reassentados, que incluem ex-deslocados ou ex-refugiados que se fixaram fora das suas áreas de origem; e Grupos Sociais vulneráveis, que incluem idosos, crianças, órfãos e viúvas de guerra, minorias étnicas, agricultores de baixos rendimentos, crianças de rua, incapacitados (inválidos de guerra).

O país tem apresentado alguns progressos face aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)¹⁹ e às metas assumidas na Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996)²⁰, mas ainda existe um longo caminho a percorrer.

19. A monitoria dos progressos relativamente aos ODM bem como os relatórios nacionais estão acessíveis através da iniciativa “End Poverty 2015, Millennium Development Goals” disponível em www.un.org/millenniumgoals.

20. FAO. “Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação”. [Cimeira Mundial da Alimentação, 13-17 de Novembro, Roma, 1996]. Disponível em www.fao.org/wfs/homepage.htm

A CONSTRUÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM ANGOLA

2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSTITUCIONALIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Durante o período da guerra as acções no campo da segurança alimentar inseriam-se no âmbito da ajuda alimentar de emergência, sobretudo levada a cabo pelas agências internacionais e algumas ONG. Depois de alcançada a paz a segurança alimentar começa a entrar com mais força na agenda política levando o governo a tomar um conjunto de medidas para melhorar a situação de pobreza e insegurança alimentar da população.

Na última década a questão da segurança alimentar tem vindo progressivamente a institucionalizar-se, sendo objecto de crescente reconhecimento e intervenção, tanto no plano governamental como no plano não-governamental²¹. No primeiro caso, sublinhe-se os diversos programas e acções levados a cabo sectorialmente, em particular no sector da agricultura, saúde, educação e assistência social, entre outros²². No segundo caso, destacam-se as acções levadas a

21. Ver a respeito o Relatório de Angola sobre aplicação do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Disponível em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/011/ah457p.pdf>.

22. Veja-se por exemplo os casos do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural ou do Programa de Desenvolvimento Rural do Povo e Combate à Pobreza (Sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural), do Programa de Redução da Mortalidade Materno-Infantil, Programa de Iodização do Sal, Programa de Suplementação com Micronutrientes ou Programa de Aleitamento Materno (Sector da Saúde), do Programa Merenda Escolar (Sector da Educação), entre outros.

cabo pelas agências das Nações Unidas²³ e União Europeia²⁴, organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento e, naturalmente, pela sociedade civil²⁵. Tais iniciativas, com maior ou menor expressão e por vezes com enfoques diferenciados, têm contribuído para a melhoria dos níveis de nutrição e condições de vida da população.

No âmbito da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) aprovada em 2004 a segurança alimentar aparece como uma das dez áreas prioritárias de intervenção com o objectivo de “minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentado”²⁶.

No plano regional, Angola apoiou e assumiu os compromissos em matéria de combate à pobreza e fome emanados das organizações regionais que integra, designadamente no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)²⁷ da Organização da União Africana (OUA) e da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). Angola participou nas sucessivas Cimeiras Mundiais da Alimentação, bem como em outros eventos relevantes durante a última década, reafirmando o seu empenhamento com os compromissos com a luta contra a fome.

Angola reafirmou nas sucessivas Cimeiras Mundiais da Alimentação o seu empenhamento com os compromissos com a luta contra a fome.

23. As actividades da ONU são estruturadas através do *Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento* em Angola que define as prioridades e áreas de intervenção das diversas agências. Mais informações em <http://mirror.undp.org/angola/Index.htm>.

24. A Delegação da União Europeia em Angola implementou vários projectos no campo da segurança alimentar com destaque para o PRSA – Programa de Relançamento da Segurança Alimentar. Mais informações em www.delago.ec.europa.eu/ao.

25. Entre as ONG angolanas que trabalham com a segurança alimentar destaca-se a ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente como tendo o trabalho mais significativo. Pelo lado das ONG internacionais destaca-se a World Vision, CARE, Acción Contra el Hambre e Concern Worldwide.

26. As outras áreas prioritárias foram Reinserção Social; Segurança e Protecção Civil; VIH/SIDA; Educação; Saúde; Infra-estruturas básicas; Emprego e Formação Profissional; Governação; Gestão Macroeconómica (O documento da ECP está disponível em http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_ECP.pdf).

27. A NEPAD é um programa estratégico da OUA que tem como objectivo principal erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento no continente, ao mesmo tempo que consolida a paz, a estabilidade e a democracia. Estratégia disponível em www.nepad.org.

Do ponto de vista institucional, a segurança alimentar em Angola aparece, sobretudo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MINADERP)²⁸ e ao Ministério da Saúde (MINSa)²⁹: no primeiro, a segurança alimentar é tratada de forma predominante na sua vertente agrícola e rural com a preocupação pela dimensão da disponibilidade de alimentos; no segundo, assume relevância a dimensão nutricional e as questões de saúde relacionadas com a alimentação e nutrição. Por certo, também noutros Ministérios as acções levadas a cabo contribuíram igualmente para incorporar outras dimensões da segurança alimentar e nutricional (casos dos sectores da educação, comércio, assistência social, família, entre outros).

No âmbito do MINADERP a estrutura responsável pela segurança alimentar é o Gabinete de Segurança Alimentar (GSA). Esta estrutura foi criada na década de noventa com o objectivo de monitorar e analisar a evolução da situação alimentar no país. Entre as suas atribuições figura a definição e implementação de políticas e estratégias de segurança alimentar bem como uma série de tarefas técnicas, tais como a realização de estudos sobre normas de controlo da qualidade dos alimentos; estimativa de *deficits* alimentares no sentido de alertar o ministério sobre a magnitude da situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade através de um sistema de alerta rápido; o acompanhamento das importações de produtos alimentares, incluindo as ajudas alimentares; e realizar estudos sobre a utilização das reservas alimentares em casos de emergência. Vinculados ao GSA estão ainda o Departamento de Alerta Rápida, o Departamento de Mercados e Preços e o Departamento de Monitoria e Segurança Alimentar.

No final de 2005, o governo de Angola, através do MINADERP, solicita formalmente apoio técnico à FAO para a formulação de uma

28. Mais informações sobre a actuação do MINADERP em www.minaderp.gov.ao.

29. Mais informações sobre a actuação do MINSa em www.minsa.gov.ao.

política nacional de segurança alimentar cujo processo e conteúdo se descreve em seguida.

Neste contexto surgiu a opção do governo pela formulação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) e do seu correspondente Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN). Esta decisão está em linha com os compromissos assumidos por Angola em matéria de luta contra a fome.

2.2. A FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (ENSAN)

Objectivos e elementos-chave do processo de formulação

Em 2005 o governo de Angola solicita apoio à FAO para a formulação de uma política nacional de segurança alimentar.

A formulação da ENSAN e do seu correspondente PASAN constituiu um passo decisivo na construção da institucionalidade da segurança alimentar em Angola. Trata-se de um processo de construção institucional de carácter contínuo que se deve ir ajustando de forma progressiva às necessidades do país.

No seguimento do pedido de assistência técnica por parte do Governo, a FAO apoiou a formulação de um projecto de cooperação técnica no marco do seu Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA)³⁰. O projecto PESA entrou formalmente em funcionamento em meados de 2006 através de financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID)³¹.

O programa PESA em Angola estruturou-se em duas componentes principais: uma componente territorial, através da identifi-

30. O PESA, na sua sigla inglesa SPFS (Special Programme for Food Security), é uma iniciativa da FAO que visa apoiar os governos na formulação de políticas nacionais (ou regionais) de segurança alimentar. O seu principal objectivo é contribuir para a persecução do ODM 1 em cada contexto nacional. Mais informações em www.fao.org/spfs/spfs-home/en.

31. Mais informações sobre a actuação da AECID em www.aecid.es.

cação de “Boas Práticas de Segurança Alimentar” e da implementação de “Escolas de Campo para Agricultores (ECAs)”); e uma componente nacional, através do apoio ao governo na formulação da ENSAN.

Relativamente à componente territorial, a iniciativa das “Boas Práticas de Segurança Alimentar” consistiu em identificar, documentar e disseminar experiências ao nível das comunidades como forma de incorporar práticas que contribuíssem para minimizar os riscos de insegurança alimentar e melhorar o acesso aos alimentos³². Por seu lado, a iniciativa das ECAs consistiu em introduzir uma metodologia participativa junto dos pequenos agricultores como forma de incrementar a auto-estima dos grupos locais e melhorar os seus meios de vida e sistemas de produção³³.

Relativamente à componente nacional, a coordenação do processo de formulação da ENSAN foi assumida pelo MINADERP, através do GSA, tendo a FAO providenciado assistência técnica contínua ao longo do processo.

Numa primeira fase, o GSA e a FAO organizaram várias reuniões com actores-chave (Ministérios, Agências da ONU, sociedade civil) no sentido de informar sobre a decisão do governo em formular a ENSAN bem como sensibilizar para a necessidade de uma ampla participação no processo de formulação. No seguimento das discussões

A formulação da ENSAN constituiu um passo decisivo na construção da institucionalidade da segurança alimentar em Angola.

32. A implementação desta iniciativa contou com o apoio da sociedade civil (ADRA, CARE, World Vision, Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto) através do estabelecimento de cartas de acordo com a FAO para a identificação, documentação e disseminação das Boas Práticas. Foi produzido um relatório detalhado com a identificação de cerca de seis dezenas de Boas Práticas.

33. As ECAs são constituídas por grupos de agricultores e agricultoras que se reúnem semanalmente ao longo do ciclo vegetativo das culturas para discutirem e analisarem em conjunto soluções para os vários problemas numa lógica de valorização do conhecimento local. Durante esse processo são acompanhados por um facilitador que estimula a auto-aprendizagem com base na observação. Os temas abordados nas ECAs incidem principalmente sobre práticas agrónómicas, embora outros temas possam também ser incorporados de acordo com as demandas ou necessidades dos grupos, como por exemplo questões de género, educação nutricional ou ambiental, saúde familiar, prevenção de HIV/AIDS, etc.

preliminares acordou-se que o processo de formulação da ENSAN teria os seguintes objectivos³⁴:

- Facilitar a articulação intersectorial das políticas relacionadas com a segurança alimentar envolvendo os vários ministérios e a sociedade civil.
- Definir linhas estratégicas que orientem as políticas e acções com vista à melhoria das condições de segurança alimentar de todos os angolanos, em especial daqueles em situação de maior pobreza e vulnerabilidade.
- Elaborar um programa nacional de segurança alimentar no qual se definam as iniciativas prioritárias, o plano de implementação das acções e se atribuam os recursos necessários.
- Contar com uma ampla participação nas discussões a nível nacional, provincial e local envolvendo todos os parceiros interessados em contribuir para a segurança alimentar.

Acordou-se, ainda que o processo de formulação da ENSAN deveria contar com os seguintes elementos-chave³⁵:

- Forte compromisso político
- Abordagem intersectorial e multidisciplinar
- Participação e consultas públicas
- Quadro institucional claro e viável
- Articulação com outros programas já existentes
- Ampla discussão e divulgação durante todo o processo

A conformação da Equipa Técnica de Formulação (ETF)

O carácter multidimensional e intersectorial da SAN implica que vários sectores do Governo estejam envolvidos na formulação da política nacional. Nesse sentido, numa segunda fase do processo de

34. MINADER (2007). "Angola - Processo de Formulação do Programa Nacional de Segurança Alimentar. Por um PNSA participativo e eficaz". Desdobrável informativo. MINADER/AECI/FAO, 2007.

35. *Op. cit.*

formulação procedeu-se à conformação de uma Equipa Técnica de Formulação (ETF) composta por técnicos de dez ministérios implicados na promoção da segurança alimentar com a responsabilidade de elaborar o documento da ENSAN. A ETF entrou em funções em Junho de 2007 e contou ainda com um coordenador e um facilitador, designados pelo MINADERP para esse efeito, bem como com o apoio de missões técnicas da FAO.

Ministérios envolvidos no processo de formulação da ENSAN:

- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas
- Ministério da Assistência e Reinserção Social
- Ministério da Educação
- Ministério da Família e Promoção da Mulher
- Ministério da Saúde
- Ministério das Finanças
- Ministério das Pescas
- Ministério do Comércio
- Ministério do Planeamento
- Ministério do Urbanismo

Ao longo de 2007 a ETF trabalhou na formulação da ENSAN, incluindo a elaboração de um diagnóstico rápido da situação de insegurança alimentar e nutricional, identificação das várias iniciativas sectoriais em curso com implicação na segurança alimentar, identificação das prioridades de acção e delineamento das propostas de intervenção.

Processo de Consultas Públicas

O trabalho da ETF resultou numa primeira versão do documento da ENSAN o qual foi posteriormente submetido a um processo de consultas públicas durante o segundo semestre de 2008. Estas consultas foram muito importantes pois revelaram-se um mecanismo eficaz para recolher comentários e sugestões de

todos os sectores e actores implicados na promoção da segurança alimentar e nutricional em Angola de forma participativa e descentralizada.

As consultas estruturaram-se sob a forma de seminários dirigidos a actores-chave para apresentação e discussão dos conteúdos preliminares da ENSAN. Foram realizados vários seminários provinciais e quatro seminários regionais (Luanda, Malange, Lubango, Huambo).

A versão preliminar da ENSAN foi também submetida a todos os Governadores Provinciais para discussão e análise ao nível das províncias.

As consultas públicas foram um mecanismo eficaz para recolher sugestões dos diferentes actores de forma participativa e descentralizada.

As sugestões resultantes das consultas públicas foram posteriormente trabalhadas pela ETF e incorporadas numa versão final da ENSAN. Esta versão final foi posteriormente submetida a apreciação e validação num Seminário Nacional realizado em Luanda em Março de 2009.

A realização de um evento de carácter nacional com a participação de vários quadrantes sociais para validação pública do documento conferiu visibilidade e credibilidade à ENSAN.

A ENSAN e o seu correspondente PASAN foram aprovados pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2009.

Resumo dos principais passos do processo de formulação da ENSAN:

- Sensibilização para a importância e necessidade de formulação de uma política de SAN em Angola e reuniões preliminares;
- Constituição de uma Equipa Técnica de Formulação de carácter intersectorial e multidisciplinar;
- Elaboração de um diagnóstico rápido sobre a situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade e mapeamento das iniciativas sectoriais em curso;
- Elaboração do documento preliminar da ENSAN;
- Discussão e consultas públicas a nível provincial e nacional;
- Incorporação dos comentários e sugestões das consultas públicas;
- Validação a nível nacional;
- Definição do quadro Institucional para a implementação da ENSAN;
- Definição do orçamento para o quadro institucional;

A proposta estratégica da ENSAN

Em termos estratégicos, a ENSAN pretende promover a coordenação e articulação de todas as iniciativas sectoriais em matéria de SAN, estimular a mais ampla e diversificada participação dos intervenientes a todos os níveis, facilitar o diálogo e a concertação social, participar na mobilização de financiamentos e promover sinergias em prol da eficácia do combate à insegurança alimentar e vulnerabilidade no país.

A ENSAN tem enquadramento no Programa Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (PEDLP-2025) e no Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo 2009-2013, bem como nas várias políticas sectoriais.

O PASAN é o instrumento de implementação prática da ENSAN e nele se descrevem as acções e o quadro institucional que irão orientar os diferentes sectores do governo na implementação desta estratégia em articulação com os demais instrumentos sectoriais que concorrem para a promoção da SAN. Com a ENSAN e o PASAN pretende-se reforçar

as capacidades do país para compreender e dar resposta de forma permanente aos problemas da insegurança alimentar.

O **Objectivo Geral** definido para a ENSAN foi o de contribuir para que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, e acesso físico e económico a esses alimentos para que contribuam ao desenvolvimento humano, económico e social de Angola. Foram também definidos os seguintes **Objectivos Específicos**:

Objectivos Específicos da ENSAN

Objectivo 1 – Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesca de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as suas condições de vida.

Objectivo 2 – Garantir a disponibilidade, a estabilidade e sustentabilidade da oferta de produtos alimentares, favorecendo a interligação entre as zonas com excedentes e as de maior poder de consumo de modo a restaurar o mercado interno.

Objectivo 3 – Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social, principalmente para os grupos mais desfavorecidos.

Objectivo 4 – Diminuir os níveis de malnutrição da população através da melhoria das condições de acesso à alimentação, aos serviços primários de saúde, educação e saneamento básico.

Objectivo 5 – Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor.

Objectivo 6 – Criar e implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido, sistemas de monitorização da segurança alimentar e nutricional, bem como mecanismos de comunicação e informação às famílias.

Objectivo 7 – Criar uma plataforma intersectorial de coordenação das políticas e acções em matéria de segurança alimentar e nutricional com participação da sociedade civil.

Fonte: ENSAN

A ENSAN contempla cinco **Eixos Estratégicos**, cada um dos quais dividido em várias **Linhas de Intervenção** que em conjunto conformam um quadro abrangente para promover a segurança alimentar no país.

TABELA 5. EIXOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE INTERVENÇÃO DA ENSAN

EIXOS ESTRATÉGICOS	LINHAS DE INTERVENÇÃO
Eixo 1 – Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agro-pecuária e pesqueira	<ul style="list-style-type: none"> - Produção - Armazenamento e Transformação - Abastecimento e Comercialização
Eixo 2 – Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva a nível familiar e associativo nos sectores agro-pecuário e pesqueiro	<ul style="list-style-type: none"> - Organização - Capacitação e Extensão
Eixo 3 – Fortalecimento da protecção social à criança e a grupos vulneráveis, das competências familiares, e da educação alimentar e nutricional comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso aos alimentos - Saúde e Nutrição - Educação Alimentar e Nutricional - Água, Energia e Saneamento Básico - Competências Familiares
Eixo 4 – Fomento da investigação científica aplicada em toda a cadeia alimentar e nutricional	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa e Investigação - Segurança dos Alimentos (<i>food safety</i>) - Normas alimentares
Eixo 5 – Sistema de Informação Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoria das actividades agrícolas - Previsão das colheitas - Factores agro-meteorológicos - Monitoria dos preços no mercado - Análises nutricionais e de vulnerabilidade - Disponibilidade de recursos hídricos - Sistemas integrados de alerta rápido

Fonte: ENSAN

No entanto, apesar de que em finais de 2009 Angola contava já com um marco estratégico (ENSAN) e um instrumento de planificação (PASAN), ainda era necessário definir um quadro institucional para a coordenação e tomada de decisão a nível político entre os diferentes actores implicados no processo. Por essa razão, no ano 2010 inicia-se a conformação do CONSAN.

2.3. O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSAN)

Para colocar em prática a ENSAN de forma coordenada, o Governo de Angola avançou durante o primeiro semestre de 2010 com a definição de um quadro institucional que promova a coordenação e concertação entre os diferentes sectores e actores implicados na promoção da segurança alimentar e nutricional³⁶.

Em finais de 2009 Angola contava com um marco estratégico. Mas ainda era necessário definir um quadro institucional para a coordenação e tomada de decisão a nível político.

Em finais de 2009 Angola contava com um marco estratégico. Mas ainda era necessário definir um quadro institucional para a coordenação e tomada de decisão a nível político.

A proposta de quadro institucional baseia-se na articulação dos diferentes actores e interesses através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), enquanto instituição chave para fortalecer o sistema de governança da segurança alimentar. O CONSAN conforma-se como um órgão vinculado à Presidência da República e funciona como mecanismo de coordenação das intervenções dos diferentes sectores e actores implicados na promoção da SAN no país.

O CONSAN constitui-se como sistema de representação nas três esferas de governo – central, provincial e municipal –, funcionando como instância de concertação e negociação política com participação social em matéria de SAN nesses diferentes níveis. Por natureza, o CONSAN assume um carácter consultivo no sentido em que as suas deliberações constituem orientações estratégicas para a implementação das várias acções sectoriais em matéria de SAN, em particular as estipuladas na ENSAN.

Em termos organizativos, o CONSAN distribui-se por órgãos políticos e órgãos executivos. A opção pela abordagem sistémica

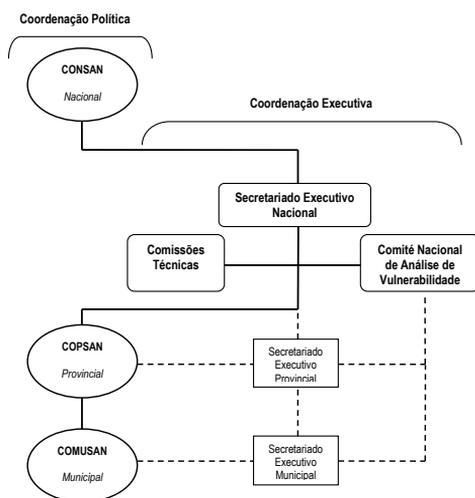
36. As informações seguintes baseiam-se no Relatório "Definição do quadro institucional para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) em Angola", submetido pelo IEH à FAO e GSA/MINADERP em Maio, 2010.

responde à complexidade da SAN no que respeita à implementação das políticas. Com a adopção do sistema CONSAN alcança-se uma maior coordenação entre os diferentes níveis territoriais através dos seus órgãos de coordenação política e executiva, bem como relações de interdependência entre os vários actores e sectores do Governo. O CONSAN constitui-se pelos seguintes órgãos:

- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)
- Secretariado Executivo Nacional
- Comité Nacional de Análise de Vulnerabilidade (CNAV)
- Comissões Técnicas
- Conselhos Provinciais de Segurança Alimentar e Nutricional (COPSAN)
- Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN)

Com a adopção do CONSAN alcança-se uma maior coordenação entre os diferentes níveis territoriais.

FIGURA 4. INTERLIGAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES ÓRGÃOS DO CONSAN



Fonte: Relatório "Definição do quadro institucional para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) em Angola", submetido pelo IEH à FAO e GSA/MINADERP em Maio, 2010.

TABELA 6. REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL E SOCIAL NO SISTEMA CONSAN

SECTORES DO GOVERNO	SECTORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas • Administração Pública, Emprego e Segurança Social • Ambiente • Assistência e Reinserção Social • Comércio • Comunicação Social • Educação • Energia e Águas • Urbanismo e da Construção • Família e Promoção da Mulher • Finanças • Planeamento • Saúde • Interior • Ensino Superior, Ciência e Tecnologia • Geologia e Minas e Indústria • Transportes 	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes de Associações e Cooperativas • Representantes das ONG • Representantes da diversidade religiosa • Representantes de Sindicatos • Representantes de Universidades Públicas e Privadas • Representantes do Sector Empresarial Privado • Representantes dos órgãos de defesa dos Consumidores • Representantes das autoridades tradicionais

O CONSAN, COPSAN e COMUSAN serão constituídos por membros permanentes que representam os diferentes sectores do Governo e da Sociedade Civil. Para a implementação deste quadro institucional propõe-se o seguinte:

Coordenação Política (CONSAN, COPSAN, COMUSAN)

Em termos políticos, o processo de negociação e concertação no que respeita à condução da política nacional de SAN é efectuado pelo CONSAN. Este órgão funciona como estrutura máxima de promoção do diálogo intersectorial com participação social tendo em vista uma intervenção concertada e coordenada dos vários sectores para a implementação da política de SAN.

As deliberações emanadas do CONSAN, enquanto órgão consultivo de âmbito nacional, funcionam como proposições que orientam a execução das acções levadas a cabo pelos vários Ministérios, enquanto órgãos executivos da política nacional de SAN na esfera

do Governo central. Com base na orientação política a nível central, as estruturas de concertação e negociação nas esferas de governo provincial (COPSAN) e municipal (COMUSAN) discutem e orientam a implementação das acções da política de SAN nas respectivas Províncias e Municípios do país.

Coordenação Executiva (Secretariado Executivo)

O Secretariado Executivo Nacional é o órgão que acompanha a implementação das decisões a nível central e descentralizado, do ponto de vista administrativo, técnico e de comunicação. Para além de assessoria directa ao CONSAN, cabe a este órgão a supervisão dos trabalhos levados a cabo pelos órgãos técnicos (Comité Nacional de Análise de Vulnerabilidade e Comissões Técnicas), assim como a interligação entre o conselho nacional (CONSAN), os conselhos provinciais (COPSAN) e conselhos municipais (COMUSAN), e *vice-versa*.

A intervenção deste órgão é facilitada por estruturas locais similares (secretariados executivos provinciais e municipais) vinculadas, respectivamente, aos COPSAN e COMUSAN. O Secretariado Executivo Nacional conta também com apoio técnico por parte do Comité Nacional de Análise de Vulnerabilidade e das Comissões Técnicas aos quais cabe dar inputs para apoiar as deliberações do CONSAN.

Comissões Técnicas

As Comissões Técnicas são órgãos de assessoria técnica do CONSAN que têm como objectivo realizar estudos e análises para apoiar a tomada de decisão. São constituídas por técnicos de diferentes Ministérios e outros profissionais do meio académico, cientí-

As proposições emanadas do CONSAN orientam a execução das acções levadas a cabo pelos vários Ministérios.

O Secretariado Executivo promove a interligação entre o CONSAN, os Conselhos Provinciais (COPSAN) e os Conselhos Municipais (COMUSAN).

fico ou da sociedade civil. A complexidade da SAN e os objectivos proclamados na ENSAN justificam a conformação das seguintes cinco comissões:

- Produção e Comercialização
- Protecção Social e Apoio a Grupos Vulneráveis
- Saúde, Nutrição e Educação Alimentar
- Políticas e Quadro Legal
- Científica

Comité Nacional de Análise de Vulnerabilidade (CNAV)

Este órgão terá como objectivo coordenar o processo de análise de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional em todo o país. O CNAV será responsável por implementar o Sistema Nacional de Informação sobre Segurança Alimentar (SISAN), conforme proclamado na ENSAN.

O CNAV terá uma intervenção nos diferentes níveis territoriais através do estabelecimento de Gabinetes de Análise de Vulnerabilidade ao nível das Províncias e Municípios. O CNAV analisará informações relacionadas com as actividades agrícolas, previsão das colheitas, factores agro-meteorológicos, monitoria dos preços e mercados, e análise nutricionais e de vulnerabilidade.

Funcionamento do CONSAN

O CONSAN rege-se por um estatuto orgânico próprio e pelos regulamentos internos a aprovar pelos diferentes órgãos. A duração dos mandatos será de três anos, renováveis. O funcionamento dos órgãos de coordenação política será assegurado por reuniões ordinárias a cada seis meses (CONSAN), a cada quatro meses (COPSAN) e a cada três meses (COMUSAN), ou por reuniões extraordinárias quando necessário. O funcionamento dos órgãos executivos será

assegurado por recursos humanos (técnicos e administrativos e auxiliares) com carácter permanente.

O CONSAN contará com um plano de actividades e um orçamento anual com fundos que provêm do Orçamento Geral do Estado através da Presidência da República. A implementação dos COPSAN e COMUSAN será acompanhada pelo Secretariado Executivo Nacional e será feita de forma progressiva.

LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS PARA O FUTURO

3.1. PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

RELATIVAMENTE À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN

A promoção da SAN em cada contexto nacional é uma responsabilidade colectiva que deve envolver o governo e os diferentes quadrantes sociais. Por esse motivo, a formulação de políticas públicas de SAN deve de ser considerada como um processo contínuo de construção da institucionalidade. Para isso é necessário considerar os seguintes elementos-chave:

Um forte compromisso político

Os governos nacionais devem assumir a liderança política do combate à fome em linha com as suas prioridades estratégicas de desenvolvimento e com os compromissos assumidos no plano internacional. No caso de Angola, o início do processo de formulação da ENSAN foi precedido de um compromisso político ao mais alto nível do governo e de reuniões alargadas com o objectivo de sensibilizar e contar com a participação dos diferentes actores sociais.

O início do processo de formulação da ENSAN foi precedido de um compromisso político ao mais alto nível.

A participação da sociedade civil

É importante que a sociedade civil (ONG, associações, sindicatos, universidades, igrejas, etc.) participe, tanto no processo de formulação como na implementação das políticas por forma a incorporar as suas preocupações e contribuições em matéria de SAN. No caso de Angola, a opção pela realização de um processo de consultas públicas a nível nacional e descentralizado permitiu uma discussão ampla da proposta de política com os diferentes actores sociais.

O envolvimento coordenado dos diferentes ministérios

É importante que todos os sectores de governo implicados na promoção da SAN sejam envolvidos no processo de formulação. No caso de Angola, a opção pela conformação de uma equipa técnica interministerial respondeu a esta necessidade permitindo que a definição da ENSAN tivesse contributos de dez ministérios.

Contar com um diagnóstico nacional de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional que identifique e explicita as medidas e acções já existentes

As políticas públicas devem responder às necessidades, prioridades e especificidades de cada contexto nacional. É importante que os processos de formulação contemplem um diagnóstico da situação do país que identifique de forma clara os principais problemas, limitações e grupos vulneráveis. É também importante reconhecer que as políticas de SAN devem ser articuladas com as medidas já existentes a fim de evitar duplicação de recursos. Na maior parte dos casos, como foi o caso de Angola, existem já disponíveis diversos diagnósticos realizados pelos sectores do governo, serviços nacionais de estatísticas e agências das Nações Unidas que servem como fontes de informação a ter em conta no processo de formulação da política pública de SAN.

Ter em conta a experiência de outros países e o apoio técnico das organizações internacionais

Não obstante a especificidade de cada contexto nacional, é importante levar em consideração a experiência de outros países e aprender com os seus erros e avanços no âmbito das políticas nacionais de SAN. No caso de Angola, a opção do governo em solicitar formalmente apoio técnico à FAO revelou-se um contributo importante para a formulação da ENSAN por proporcionar experiências de outros países (Moçambique, Brasil).

Mobilizar suficientes recursos financeiros pelo governo e se possível complementados com ajuda exterior

É importante disponibilizar recursos financeiros adequados para fazer face aos custos (recursos humanos, assistência técnica, logística, consultas públicas, sensibilização, etc.) inerentes ao processo de formulação das políticas. No caso de Angola, a contribuição financeira da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) revelou-se determinante para viabilizar o apoio técnico necessário à formulação da ENSAN e à construção do CONSAN.

RELATIVAMENTE AO CONTEÚDO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAN

O conteúdo de uma política pública de SAN deve considerar a alimentação e nutrição como um direito fundamental, articulando e atribuindo responsabilidades aos diferentes actores e sectores para cumprir com os compromissos assumidos, bem como contar com sistemas adequados de monitoria dos avanços alcançados. Para isso devem ser tidos em conta os seguintes aspectos:

Considerar a alimentação como um direito humano fundamental

O direito à alimentação é consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pelo Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966). As políticas nacionais de SAN devem reconhecer a alimentação como um direito humano e levar em consideração as recomendações propostas pelas Directrizes Voluntárias da FAO para a Realização do Direito à Alimentação³⁷. O processo de construção da institucionalidade da SAN em cada contexto nacional deve caminhar no sentido de incorporar direito à alimentação na Constituição. Angola aderiu ao PIDESC em 1992 e a ENSAN reconhece a alimentação como um direito humano.

Angola aderiu ao Pacto de Direitos Económicos, Sociais e Culturais em 1992 e a ENSAN reconhece a alimentação como um direito humano.

Incorporar nas políticas às múltiplas dimensões da SAN

A SAN é uma questão complexa e multidimensional cuja promoção implica uma articulação entre aspectos produtivos, económicos, sociais, nutricionais, educacionais, entre outros. No caso de Angola, a ENSAN responde às múltiplas dimensões da SAN³⁸ conforme fica patente nos objectivos específicos e eixos de intervenção aprovados: i) *disponibilidade* de alimentos reflecte-se nos Objectivos 1 e 2 relativos à diversificação da produção, transformação, armazenamento, abastecimento e comercialização de alimentos; ii) *acesso* aos alimentos reflecte-se no Objectivo 3 com enfoque particular para os grupos vulneráveis através de garantias de protecção social; iii) *uso e consumo de alimentos* reflecte-se no Objectivo 4 que se centra nas questões e saúde, saneamento e educação alimentar como forma de diminuir os níveis de malnutrição, incluindo a qualidade e inocuidade dos alimentos reflectida no Objectivo 5 relativo à segurança sanitária (alimentos e água) e saúde pública.

37. As "Directrizes Voluntárias da FAO para a Realização do Direito à Alimentação" podem ser consultadas em http://www.fao.org/righttofood/publi_01_en.htm

38. FAO. "Food Security". Rome: Food and Agriculture Organisation. Policy Brief 2, Jun. 2006

Ademais, os Objectivos 6 e 7 lançam as bases para a implementação de um sistema de monitorização nos diferentes níveis territoriais e de uma plataforma intersectorial de coordenação das políticas e acções em matéria de SAN com participação da sociedade civil.

Assumir um enfoque intersectorial com participação social

A intersectorialidade implica uma actuação coordenada entre os diferentes sectores do governo com participação social. A SAN só é alcançada através de uma intervenção conjunta e planeada entre os diferentes ministérios (Saúde, Agricultura, Acção Social, Educação, Economia, Planeamento, etc.) e a sociedade civil. No caso de Angola, a opção pela intersectorialidade encontra-se reflectida na forma como foram delineados os eixos estratégicos da ENSAN e as propostas de acção do PASAN, na medida em que a responsabilidade é partilhada por diferentes ministérios com envolvimento da sociedade civil.

Conjugar acções de intervenção imediata com medidas de carácter estrutural

A promoção da SAN no quadro das políticas nacionais deve atender às necessidades imediatas das populações mais vulneráveis através de intervenções de curto prazo complementadas com intervenções de carácter estrutural de médio e longo prazo. No caso de Angola, a ENSAN e o seu correspondente PASAN prevêem medidas de ambos os tipos.

Assumir um carácter descentralizado da política pública de SAN

É importante que as políticas de SAN definam responsabilidades entre os vários níveis de governo (central, provincial, municipal) incorporando uma lógica de intervenção abrangente através de iniciativas

nacionais e locais. No caso de Angola, a ENSAN e o seu correspondente PASAN prevêm medidas de ambos os tipos.

Contemplar um sistema de monitoria e avaliação eficaz

É fundamental prever um sistema de monitoria e avaliação capaz de gerar informação credível acerca da evolução da situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, bem como do impacto das respectivas acções e dos custos associados. Este sistema deve também assumir um enfoque intersectorial e descentralizado que permita o fluxo de informação de forma coordenada e sistemática entre os diferentes ministérios e níveis territoriais (nacional, provincial, municipal). No caso de Angola, a proposta de implementação do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) pretende responder a esta necessidade.

RELATIVAMENTE À ARQUITECTURA INSTITUCIONAL PARA A GOVERNANÇA DA SAN

A governança da SAN requer um quadro institucional que permita um processo de tomada de decisões ágil e participativo para a construção e implementação da política pública de SAN. Para isso deve-se ter em conta:

A construção da institucionalidade da SAN demanda tempo e deve ser interpretada como um processo contínuo

A formulação de políticas públicas de SAN é um processo complexo que demanda tempo. Isso verificou-se no caso de Angola onde o processo de formulação demorou cerca de três anos. Por outro lado, estas políticas devem ser consideradas como parte de um processo longo de construção da institucionalidade, e como um passo no caminho para a construção da governança da segurança alimentar. As opções estratégicas nacionais em matéria de SAN não são estanques

e devem acompanhar a evolução da situação no país, ajustando-se às prioridades de cada momento.

Contemplar um quadro institucional adequado para a implementação da política pública de SAN

Para além do conteúdo estratégico relativamente às acções a implementar, as políticas nacionais devem contemplar um quadro institucional que facilite a sua implementação de forma coordenada entre os vários sectores do governo com participação social. No caso de Angola, a ENSAN dá indicações para o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CON-SAN), enquanto mecanismo de diálogo político e coordenação com participação da sociedade civil.

A construção da governança da SAN requer a coordenação institucional ao mais alto nível

O carácter intersectorial da SAN implica que os vários sectores de governo trabalhem em conjunto de forma coordenada. Nesse sentido, a condução das políticas nacionais de SAN deve estar vinculada ao mais alto nível (Presidência da República ou Primeiro-Ministro, dependendo da forma de governo) no sentido de evitar que a disputa da agenda política e dos recursos financeiros esteja dependente de um só ministério.

A formulação de políticas públicas de SAN é um passo no caminho para a construção da governança da segurança alimentar. Trata-se de um processo complexo que demanda tempo.

3.2. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O FUTURO

O desafio de passar dos compromissos políticos à prática

A aprovação da ENSAN por parte do Conselho de Ministros representou um passo fundamental no processo de construção da institucionalidade da SAN em Angola. Toma-se agora necessário traduzir as opções estratégicas definidas em acções práticas no terreno, dando assim início à

fase de implementação da ENSAN de forma coordenada. O CONSAN deve entrar em funcionamento o mais rapidamente possível para poder coordenar e acompanhar a implementação da ENSAN.

O desafio da institucionalidade a nível local

O CONSAN deverá ser progressivamente alargado ao nível das províncias (COPSAN) e municípios (COMUSAN), funcionando como instância de concertação e negociação política a nível central e descentralizado. A implementação do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é também um aspecto chave, e para isso é importante repensar o papel do GSA. Sugere-se que as suas actuais tarefas bem como os seus recursos humanos e materiais sejam transferidos para o futuro Comité Nacional de Análise de Vulnerabilidade (CNAV).

O desafio da intersectorialidade

É importante evitar o risco de confundir a intersectorialidade com a mera soma de acções dos diversos sectores, situação que corresponderia a uma abordagem “multisectorial” em lugar de “intersectorial”. Com efeito, a intersectorialidade pressupõe que os diversos sectores trabalhem em conjunto no sentido de definir respostas e intervenções integradas em torno dos objectivos da ENSAN. Esta linha de orientação deve ser levada em consideração pelos sectores de governo e sociedade civil em Angola, pelo menos, sob três vertentes primordiais: i) do ponto de vista político - concordância quanto às áreas prioritárias de intervenção; ii) do ponto de vista técnico - coordenação na execução das acções; iii) e do ponto de vista financeiro ou orçamental - complementaridade na alocação dos recursos.

O desafio do marco legal e normativo

A construção da institucionalidade da SAN em Angola deve caminhar no sentido de transpor para o marco legal e normativo

nacional o reconhecimento da alimentação como um direito humano fundamental³⁹. Para tal, o país deve trabalhar de forma progressiva no sentido de elaborar uma emenda constitucional que incorpore a alimentação no catálogo dos direitos económicos, sociais e culturais reconhecidos a nível nacional, bem como dar força de lei às opções estratégicas assumidas na ENSAN.

O desafio da participação social

A implementação da ENSAN deve ser salvaguardar uma participação efectiva da sociedade civil, tanto ao nível do diálogo político, como da implementação prática das acções. Pelo lado do governo é necessário que essa participação seja facilitada através dos mecanismos institucionais de participação (CONSAN, COPSAN e COMUSAN). Pelo lado da sociedade civil é necessário que os diferentes actores sociais trabalhem de forma conjunta e coordenada para lograr uma participação e um diálogo com legitimidade e representatividade de toda a sociedade civil.

O desafio da atribuição de recursos

É necessário garantir a atribuição de recursos financeiros compatíveis com as acções proclamadas na ENSAN. Esse desafio passa pela salvaguarda de recursos anuais através do Orçamento Geral do Estado canalizados de forma específica para o CONSAN e ENSAN, bem como pela discussão de um plano coordenado de apoio por parte dos doadores para a implementação da ENSAN.

A ENSAN e o CONSAN devem salvaguardar a participação efectiva da sociedade civil, tanto ao nível do diálogo político, como da implementação prática das acções.

É necessário garantir a atribuição de recursos financeiros compatíveis com as acções proclamadas na ENSAN.

39. FAO (2006). "The Right to Food. Implementation at National Level". Rome: Food and Agriculture Organisation. Experiências de outros países nesta matéria podem ser encontradas em www.fao.org/righttofood/publi_en.htm.

O desafio da governança (nacional, regional, internacional)

A recente crise alimentar mundial e o conseqüente aumento significativo do número de desnutridos no mundo veio demonstrar a necessidade de se reverem e ajustarem os mecanismos de coordenação e governança da luta contra a fome nos seus diversos níveis (nacional, regional e internacional).

A nível nacional e local, o estabelecimento do sistema CONSAN é um pressuposto base para atacar os problemas estruturais e conjunturais da fome e insegurança alimentar de forma coordenada entre os diferentes actores nacionais (governo, sociedade civil, sector privado, agências de desenvolvimento). O CONSAN deve ser o mecanismo institucional de interligação entre o nível regional e internacional no quadro do sistema de governança da luta contra a fome.

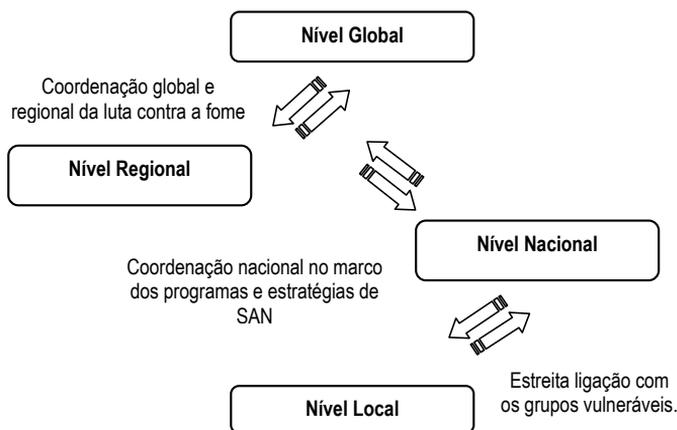
A nível regional, Angola deve posicionar-se no sentido de contribuir para a luta contra a fome no âmbito dos espaços político-institucionais de carácter regional existentes, designadamente através da sua participação num Programa Regional de SAN ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁴⁰. Nos próximos dois anos Angola está a liderar as discussões regionais decorrentes da Conferência Regional da FAO para África e por isso a sua experiência deve ser partilhada com os países africanos.

A nível internacional, o Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS) é um órgão intergovernamental dentro do sistema das Nações Unidas onde participam Estados-membros, agências das Nações Unidas, a sociedade civil e o sector privado e que tem a responsabilidade de acompanhar a implementação das políticas de SAN de forma coordenada entre todos os países. Actualmente o CFS está a passar por um processo de reforma no sentido de tornar a luta global con-

40. A Declaração Final da "IV Reunião dos Ministros da Agricultura da CPLP" realizada a 04 e Junho de 2009 em Brasília dá indicação sobre a necessidade de os países avançarem com a definição de um plano de acção regional para a SAN.

tra a fome mais efectiva⁴¹. Um dos maiores desafios do novo CFS nos próximos anos será o de melhorar a coordenação e convergência das políticas entre todos os países. Este processo poderá ser facilitado pela actuação do CONSAN.

FIGURA 5. SISTEMA DE GOVERNANÇA DA SAN



Fonte: Relatório "Definição do quadro institucional para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) em Angola", submetido pelo IEH à FAO e GSA/MINADERP em Maio, 2010

O desafio da visibilidade e troca de experiências

Angola possui uma experiência importante no âmbito da construção da institucionalidade da SAN que deve ser partilhada com outros países. Com todas as suas virtudes e defeitos, a ENSAN e a proposta de implementação do CONSAN têm sido reconhecidos por todos os actores (governo, sociedade civil, organismos internacionais, doadores) como bons exemplos em matéria de luta contra a fome. Essa experiência foi muito bem recebida na 26^a Conferência Regional da FAO para África que decorreu em Luanda em Maio de 2010⁴².

41. Informações sobre o CFS e o processo de reforma em curso podem ser encontradas em <http://www.fao.org/cfs/en/>.

42. Informações sobre a 26^a Conferência, incluindo conteúdos discutidos e relatório final pode ser encontrada http://www.fao.org/Unfao/Bodies/RegConferences/arc26/index_en.htm.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP	Países África, Caraíbas e Pacífico
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento
AfDB	African Development Bank
CFS	Comité Mundial de Segurança Alimentar
CMA	Cimeira Mundial da Alimentação
CNAV	Comité Nacional de Análise de Vulnerabilidade
COMESA	Common Market for Eastern and Southern Africa
COMUSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPSAN	Conselho Provincial de Segurança Alimentar e Nutricional
ECA	Escola de Campo para Agricultores
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
ENSAN	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ETF	Equipa Técnica de Formulação
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
G77	Grupo 77 das Nações Unidas
GHI	Global Hunger Index (Índice Global de Fome)
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar
IAEA	International Atomic Energy Agency
IBRD	International Bank for Reconstruction and Development
ICAO	International Civil Agency Organisation
ICFTU	International Confederation of Free Trade Unions
IDA	International Development Association (World Bank)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEH	Instituto de Estudios del Hambre
IFAD	International Fund For Agriculture and Development
IFC	International Finance Corporation (World Bank)
IFPRI	International Food Policy Research Institute
IFRC	International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies
ILO	International Labour Organisation
IMF	International Monetary Fund
IMO	International Maritime Organisation
IOC	International Olympic Committee
IOM	International Organisation of Migration
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
ISO	International Organization for Standardization
ITU	International Telecommunication Union
MIGA	Multilateral Investment Guarantee Agency (World Bank)
MINADERP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MINSA	Ministério da Saúde
NAM	Non-Aligned Movement
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da União Africana

PASAN	Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional
PESA	Programa Especial de Segurança Alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SADC	Comunidade do Desenvolvimento da África Austral
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UPU	Universal Postal Union
WCO	World Customs Organization
WFTU	World Federation of Trade Unions
WHO	World Health Organisation
WIPO	World Intellectual Property Organization
WMO	World Meteorological Organization
WTO	World Trade Organisation
WToO	World Tourism Organisation

O **Instituto de Estudos del Hambre (IEH)** é uma organização plural e independente, sem fins lucrativos, com sede em Espanha, e que tem como objectivo combater a fome e contribuir para melhorar a alimentação em países em desenvolvimento.

As principais linhas de trabalho do IEH são direccionadas para a pesquisa, capacitação e assistência técnica para apoiar os governos, instituições públicas, organizações não governamentais e privadas na orientação das suas políticas, estratégias e acções para alcançar a segurança alimentar e nutricional.

C O N T A C T O

C/ Manuela Malasaña 24, 4º Andar Centro Izda, 28004 Madrid

Tel fixo. (+34) 91 5913084

E-mail: info@ieham.org / URL: www.ieham.org

Com financiamento de:



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACIÓN

